

História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Chaves de Mello, Maria Tereza

República versus Monarquia: a consciência histórica da década de 1880

História Unisinos, vol. 14, núm. 1, enero-abril, 2010, pp. 16-22

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866829002>

República *versus* Monarquia: a consciência histórica da década de 1880

Republic versus Monarchy: The historical consciousness of the 1880s

Maria Tereza Chaves de Mello¹

terezacmello@gmail.com

Resumo. Este artigo busca surpreender o desgaste do sistema simbólico monárquico – em significativa parte da sociedade brasileira dos anos 1880 – em decorrência da emergência de uma consciência da historicidade do tempo e de uma cultura democrática e científica que criou uma disponibilidade mental e afetiva para o novo, o que se constituiu em um forte e eficaz instrumento para a propaganda republicana.

Palavras-chave: república brasileira, sistema simbólico, cultura política.

Abstract. This article discusses the erosion of the monarchical symbolic system by the emergence of a consciousness of the historicity of time and of a democratic and scientific culture in a significant part of the Brazilian society in the 1880s. This created a mental and affective openness toward the new and became a strong and effective tool for republican propaganda.

Key words: Brazilian republic, symbolic system, political culture.

No título deste artigo aparecem duas questões postas nos anos finais do Império: a tentativa de convencimento, especialmente pela propaganda, da superioridade do regime republicano sobre o monárquico e a emergência de uma nova ideia de tempo. Mas há também uma provocação oculta, qual seja, a ideia de que a contraposição, operada naquele contexto, entre os dois regimes políticos foi um elemento decisivo para a constituição de uma consciência histórica. O que estarei perseguiendo nessas páginas será a efetividade de tais propostas. Cabe logo a ressalva, de todo necessária, de que a cidade do Rio de Janeiro, a Corte, é o recorte espacial dessa exposição. Para dar conta desta tarefa, pensei em valer-me da *Introdução* ao livro de teoria republicana, *A República Federal*, de João Francisco de Assis Brasil.

A escolha instrumental daquele texto se deu em função de duas ponderações. A primeira delas de ordem prática, ou seja, por tratar-se de um texto pequeno, seu conteúdo cabe para análise na dimensão de um artigo. Já a outra razão está

¹ Doutora em História pela PUC-RJ e professora da graduação do departamento de História da mesma universidade.

duplamente ancorada na esfera conjuntural. Explico-me: o livro do acadêmico gaúcho foi escrito em 1881 e até o final da década estava ainda sendo reeditado, o que mostra sua aceitação em todo o período destacado como nosso recorte temporal. Ademais, a penetração social da obra nos dá conta do fato de que se trata de um relato exemplar das discussões em pauta naquele momento histórico. Entretanto, a sua pequenez me obrigaría a pintar um quadro conjuntural com poucas cores. Tentarei, portanto, a estratégia de, aqui e ali, enriquecer a cena com a intervenção de alguns testemunhos coetâneos que irão compor, assim o espero, uma tela mais colorida.

Começo com algumas informações sobre o livro. Sacramento Blake, na edição de 1898 de seu inestimável dicionário bibliográfico, assegura que os 1050 exemplares da tiragem inicial de *A República Federal* foram esgotados em poucos meses. Em 1888, estava a obra na sua 4^a edição, o que configura um destacado desempenho para os padrões da época. Celso Castro que estudou em tese de doutorado, feita livro em 1995, a participação dos militares no golpe da Proclamação da República, revela-nos que, em 1885, alunos da Escola Militar fundaram um novo Clube Republicano que prodigalizava seus adeptos com exemplares da obra de Assis Brasil. Sobre *A República Federal*, declara o historiador: “[...] bastante lido e conhecido pelos jovens republicanos da Escola Militar” (Castro, 1995, p. 81).

Em adendo, ressalto que o tal clube também tinha a assinatura do jornal gaúcho, *A Federação*. Lembra-nos Joseph Love que aquele periódico se declarou o “primeiro jornal doutrinário do país” (in Alonso, 2000, p. 112). O destaque sobre a sua atuação na Questão Militar é questão sobejamente conhecida.

Chamo, em acréscimo, o testemunho de Silva Jardim, o grande propagandista da República, que, em suas *Memórias*, elenca entre as leituras que tiveram forte influência na sua formação justamente *A República Federal* de Assis Brasil (Silva Jardim, 1891, p. 224). E ainda um fato: na sua dinâmica campanha, Jardim publicou um opúsculo, reproduzido de uma de suas conferências, da qual guardou o título, *A República no Brasil*. O que interessa destacar é que esse pequeno compêndio didático – que em 1889 já estava na 13^a edição e que fora publicado em diversos jornais –, foi montado sobre a estrutura de *A República Federal* e do *Catecismo republicano* de Alberto Salles (1885), modelos e mestres do orador republicano.

Para completar o perfil da obra e do seu autor, sem, entretanto, me estender na sua biografia, por desnecessário para os propósitos desse artigo, julgo mais elucidativo evidenciar seu campo de sociabilidade, relacionando alguns de seus contemporâneos na Faculdade de Direito de São Paulo, onde ingressou em 1876, concluindo o curso em 1882. Valentim Magalhães, nome hoje totalmente esquecido, mas

de grande visibilidade na década de 1880 por sua relação com todo o mundo literário de então, notifica que, naquela época, a faculdade paulista foi “uma abelheira de poetas e oradores, de jornalistas e revolucionários” e justifica sua assertiva, nomeando destaques do seu corpo discente: Lúcio de Mendonça, Afonso Celso Junior (“o Afonsinho, republicano e poeta”, qualifica Valentim), Teófilo Dias, Assis Brasil, Silva Jardim, Alcides Lima, Julio de Castilho, Raimundo Correia, Augusto de Lima, Felício dos Santos, Raul Pompéia. A estes caberia acrescentar Fontoura Xavier e Eduardo Prado, com quem nosso autor funda, no mesmo ano de 1881, um jornal literário-humorístico, *A Comédia*, que, ademais, recebia colaboração de Machado de Assis, Filinto de Almeida e de outros dos colegas citados (Magalhães, 1894, p. 51). E essa enumeração não esgota o intercurso social de Assis Brasil. Da relação da “abelheira” escaparam, por exemplo: Argemiro Galvão, Pinheiro Machado, Pereira da Costa, Barros Cassal e a intensa relação com seu companheiro paulista de doutrinação republicana, Alberto Salles. A pecha de “revolucionária” com a qual Valentim também qualificou a Faculdade talvez coubesse à opção política de grande parte de seus alunos, que, aliás, editavam o jornal *República*.

Enfim, foi vasta a relação social de Assis Brasil, apesar de ter retornado para sua província natal após os estudos em São Paulo. O que quero, enfaticamente, mostrar é que sua voz foi ouvida e respeitada na década de 1880. Assis Brasil continuou a ter forte participação na vida nacional após a Proclamação da República, mas essa sua atuação não nos interessa por ora.

Feitas essas necessárias anotações, vamos ao nosso texto. A intenção expressa do seu autor foi formular subsídios de peso – na forma de argumentos e de recursos de retórica – para a propaganda republicana. Sem dúvida, poderíamos elencar diversas outras fontes que alimentaram o proselitismo republicano, mas, como disse acima, o nosso texto é exemplar: seus argumentos, teorias, explicações e análises se repetiram em toda a década distinguida. A estratégia que seguirei será a de ler literalmente as páginas selecionadas, mas também a de buscar o que nos foi dado ler.

A *Introdução* se abre com uma narrativa da nação brasileira diversa da oficial. Assim é que o Primeiro Reinado teria se mantido pela tirania. Já o Segundo se sustentava graças à corrupção e ao desrespeito às leis, além de sufocar de tal maneira as liberdades que só teriam sobrado republicanos no Rio Grande do Sul, conforme nos revela o autor com base numa observação de Teófilo Otoni ao general Canabarro, em 1845. Destaquemos, desde logo, que nesse momento inicial do seu relato, já o ideal de liberdade aparece colado a um partido republicano, que é declarado o mais antigo do Brasil. Mas, embora tolhido pela repressão, o ideal de liberdade não

teria murchado completamente: foi buscar guarida no Partido Liberal.

Assis Brasil não estava construindo um relato original. Se quisermos nos ater a um único de outros variadíssimos exemplos, nos bastaria abrir as páginas do *Catecismo republicano*, de 1885, uma vulgata popular que Alberto Salles quis produzir a partir de seu livro de teoria, *A política republicana*, de 1882. Mas vamos abri-lo nas suas páginas finais, onde nos deparamos com um apêndice intitulado “História da fundação da Monarquia no Brasil”. Aqui a narrativa delineada por Assis Brasil é amplamente desenvolvida. O ponto central – nesta e em todas as análises republicanas – é que a luta e a conquista de nossa independência política foram alimentadas pelo ideal de liberdade e, naquela quadra histórica, liberdade significava república. Só mesmo as especialíssimas condições da nossa emancipação, diz o republicano paulista, teriam permitido a anuência geral a um regime monárquico nestas terras americanas. Entretanto, insiste Alberto Salles, o republicanismo se fez presente na exigência de uma estrita constitucionalidade que se teria verificado no projeto de 1823. No ano seguinte, lastima, o recuo foi rápido e tivemos uma Carta outorgada. Esta a advertência que o relato queria destacar: não cabia alimentar ilusões. O “estelionato político”, expressão forjada por Saldanha Marinho para qualificar o Golpe de 1868, mostrara claramente que o Poder Pessoal era o verdadeiro sustentáculo da nossa monarquia, era a alma do regime. No entanto, e aqui retomo a narrativa de Assis Brasil, a aspiração de liberdade não se estiolara. Em 1870, ela foi resgatada pelo *Manifesto republicano*, que a trouxe de volta ao seu redil natural.

O que é significativo destacar é que a preocupação tanto do gaúcho como a do paulista, como, aliás, de todos os republicanos, era a de introduzir no imaginário um outro relato da história nacional, onde a liberdade fosse a sua principal personagem.

À parte a consciente disputa historiográfica, a narrativa, no nosso texto, tinha uma finalidade estratégica: era um introito que punha em destaque, segundo a análise de Assis Brasil, o espetacular crescimento da ideia republicana nos últimos dez anos, ou seja, de 1870 a 1880. Apesar da repressão dos governos monárquicos, diz-nos o autor, nesse pouco tempo, ela ganhara a mocidade, a principal imprensa da época e se espalhara por algumas províncias do Império. Aí a motivação de sua empreitada fica então clara: sua análise histórica queria indicar que se fazia mister a ação, pois que a hora se aproximava. O ideal que dera luz à nação e que, entretanto, fora conspurcado pelo extemporâneo desvio monárquico, encontrava

agora o momento de sua efetivação. O jovem acadêmico considerava-se com atributos especiais para usar de sua pena e com ela dar sua contribuição à construção do futuro. É essa a intenção que norteia seu esforço.

Mas o que fazia Assis Brasil pensar que o advento da república no Brasil estava próximo? Quais seriam os fatores contemporâneos que, prenhes de novidade, anunciam um outro futuro? Seguindo seu arrazoado, eram demonstrativos convincentes a estridência de um crescente apelo por reformas, o despertar de um povo mais consciente de sua força, a ameaça representada pelo 3º Reinado e, por fim, como argumento englobante de todo esse quadro e sua matriz explicativa, a marcha da evolução. Contra o desiderato implícito nessa configuração, os opositores brandiam a incapacidade do povo brasileiro. Se aqui não está completamente explicitada, em outros textos do período e inclusive na parte teórica do livro, fica clara a ideia de que os adversários – e não só eles, seja dito –, brandiam algumas vezes a bandeira de que o brasileiro ainda não estava preparado para viver num regime republicano. Na *Introdução*, Assis Brasil só enuncia esse empecilho. No decorrer do livro, ele vai desconstruí-lo.

À medida que corre o nosso texto, vamos tropeçando numa linguagem que associa à república as noções de liberdade (o que já foi mencionado), mas também de “democracia legítima”, “virtude”, “talento”, “evolução”, futuro (na figura da mocidade), “opinião pública”, “patriotismo”. Uma tal excelência era, pois, nas palavras do autor, “uma aspiração sagrada”. Como contraponto a essa terminologia de grandezas, à monarquia foram coladas as qualificações de “regime nefasto”, “sortilégio”, “estado de inércia” e “corrupção” e, por fim, a imagem de um regime incapaz de realizar as tão reclamadas reformas sem cavar sua sepultura. Com essa adjetivação, o leitor já fica notificado da oportunidade, no sentido positivista do termo², e da superioridade do regime republicano.

Esse instrumento de retórica utilizado por Assis Brasil, e depois constantemente repetido pelos propagandistas, nos remete imediatamente ao estudo de Koselleck sobre os “pares assimétricos” (Koselleck, 1990, p. 191-232). Voltaremos, no final desta intervenção, a este ponto crucial, mas, por ora, vamos lembrar como o historiador alemão definiu os “pares antônimos assimétricos”: dois termos postos em oposição total, mas de tal forma que um dos fatores da dupla apresenta o outro de maneira que esse não se reconhece. Koselleck ressalta a força de persuasão desse expediente desde que, e isto é evidente, ele seja instrumentalizado num ambiente histórico que possa

² Oportunidade para a doutrina positivista significava reconhecer o momento social das mudanças necessárias. Caso elas fossem represadas, a sociedade iria forçá-las pela revolução.

compreender e aceitar como legítima a disputa desigual.

Talvez caiba lembrar que, naquela quadra histórica, entendia-se só haver duas formas de governo: a monarquia e a república. Nesse esquema, a ideia de *regnum*, do governo de um só, se complicou com o advento das monarquias constitucionais. Os republicanos batiam inconsistentemente na tecla de que a essência da monarquia era o despotismo (alguns preferiam usar ainda o termo absolutismo). Na parte teórica de seu livro, Assis Brasil esclarecerá que, filosoficamente, a forma se cola à essência para produzir resultados, construindo com isso uma eficaz premissa que lhe permitiu apresentar a monarquia temperada, segundo expressão da época, como uma aparência, ou seja, não se tratava de uma outra forma de monarquia.

Fica, então, claro por que Assis Brasil, na narrativa nacional que abre sua *Introdução*, tenha podido afirmar ser a liberdade um apanágio do regime republicano. Entretanto, um leitor desatento poderia deduzir que a nossa independência foi uma obra de republicanos, o que o nosso livro não disse textualmente. A denúncia recai nele sobre o governo de D. Pedro I. Estava ali um claro exemplo da veracidade inescapável sobre a essência absolutista do regime monárquico, ou seja, a existência de um regime político que usa o poder de forma discricionária. Kant havia formulado a noção de que, na república, o domínio da lei veio substituir o domínio do homem pelo homem. Ou como traduziu Silva Jardim para um público mais vasto: a monarquia constitucional era a “impossibilidade de combinação da vontade absoluta de um com a vontade de todos [...]” (Silva Jardim, 1978, p. 326).

Entretanto, talvez mais interessante do que toda essa esgrima teórica seja conhecer algumas das convenções partilhadas socialmente. Queria que o foco, nesse momento, se desviasse para a figura da liberdade, ou melhor, para a forma especial como a representação dessa figura ocupava o campo visual dos anos 1880. Aqui como alhures, sua forma era a de uma mulher sempre coberta por vestes diáfanas. Esse simbolismo estava vastamente difundido: aparecia em revistas ou mesmo nos “carros de ideias” dos préstimos carnavalescos. O que merece especial destaque para os nossos fins é que tal ilustração aparecia ornada, com muita frequência, com o barrete frígio. Ou seja, no campo do imaginário, estava estabelecida uma associação entre liberdade e república.

Entrevisto o primeiro dos termos limítrofes à república, vamos isolar, agora, o conceito de democracia, até porque, para os modernos, liberdade passava a pressupor a igualdade. Diz-nos Assis Brasil que só na república se podia vivenciar uma “democracia legítima” porque nela todos os privilégios eram abolidos. Nessa afirmação fica erigido um outro campo de oposição, qual seja, aquele que distingue entre uma sociedade construída sobre os privilégios e uma outra constituída de cidadãos, cuja única marca de distinção

é o talento. A democracia foi entendida, naquele contexto, como a inexistência de privilégios. Privilégio é um termo que, aliás, remetia, naquele contexto, à sociedade do Antigo Regime. Assim sendo, a monarquia brasileira era uma espécie de Antigo Regime tropical. É escusado esclarecer que não é com esta expressão que a ideia aparece na *Introdução*.

Vamos, então, afinar o ouvido para melhor captar a *mensagem* de Assis Brasil. De um lado, uma organização social onde o “antigo” é sempre antigo, onde o tempo não anda, onde o tempo não acaba, onde o tempo é sempre uma repetição do antigo: o Antigo Regime. Diante dele se agiganta a expectativa da novidade de uma sociedade onde a distinção se deslocaria para o exercício do talento, uma distinção natural que não respeita hierarquias artificialmente construídas. Heloisa Starling e Christian Lynch, consultando o *Dicionário de Moraes* de 1813, nos relatam que os termos república e democracia aparecem com definições aproximadas, “mas a correlação não era explícita” (Starling e Lynch, 2009, p. 226). A sinonímia que, na década de 1880, se estabeleceu entre república e democracia na opinião pública foi a principal conquista dos republicanos. Uma sinonímia tão fechada que tornou excludente qualquer outra interpretação. E nessa esgrima conceitual ia se transmitindo um sentido de temporalidade. Inversamente, agora era o futuro que passava a iluminar o passado, denunciando a caducidade da tradição no presente: monarquia, clericalismo, romantismo. Ademais, se o termo república está ganhando novas significações, é que no campo de experiências estão se abrindo novos horizontes.

O controle da esfera semântica neste aspecto não é um fato que possa passar despercebido. Os exemplos que podem corroborar essa assertiva são tão vastos que certamente não caberiam nesse artigo, mesmo que este fosse seu único tema. Vamos nos ater a dois exemplos retirados de canais secundários, mas, por isso mesmo, mais significativos. França Junior, cronista e folhetinista de sucesso desde os anos 1870, registrando as inovações trazidas pelo progresso, faz essa jocosa observação: “Antes do trilho urbano [refere-se aos bondes], a mulher era a rainha do lar. Hoje, porém, trocado o cetro da realeza pelo barrete frígio da democracia, percorre a rua como qualquer um de nós, e vai conquistando palmo a palmo as prosaicas prerrogativas do sexo feio” (França Junior, 1926, p. 145). Na edição de 16 de novembro de 1889, *A Revista Ilustrada* estampava os dizeres: “Acordávamos em plena democracia”. Os termos democracia e república se tornaram intercambiáveis.

No texto de Assis Brasil, o conceito de democracia aparece conjugado a um termo pouco usado naquele momento. Refiro-me à palavra “virtude”: “o partido republicano [...] se pode com justiça chamar – o partido dos virtuosos”. Se não era comum seu emprego também não causava estranheza, mormente em um livro de teoria. O estudante de Direito,

com todas as lições ainda frescas na cabeça, acabou por juntar o talento a um valor que, por tradição, era o distintivo dos regimes republicanos. Podemos, pois, deduzir, talvez sem grandes tropeços, que reunindo os dois termos, o acadêmico fez do talento, que era o termo vastamente empregado em sua época, a forma moderna da virtude republicana. Nesse caso, vale registrar que os militares preferiam usar a palavra “mérito”. E, a título de notificação, fica essa observação: o talento é nato; o mérito é uma conquista. Dois agrupamentos sociais: duas terminologias. Duas terminologias que, no entanto, partilham a mesma convenção: só no regime republicano qualquer forma de hierarquia é rejeitada – o que já sabemos que é o mesmo que dizer que só no regime republicano há democracia.

No período que foi destacado, a república, em vez de ser designada como o “governo de todos”, recebia mais comumente o epíteto de “regime da opinião pública”. É esta a expressão usada na *Introdução*. Opinião pública, uma entidade nova, disputada, que se fez presente na arena política porque, explica o nosso autor, o povo tomou “consciência da sua força”. Desde os anos 1870, os republicanos perceberam a importância de ganhar a opinião. Ao *Manifesto*, seguiu-se a fundação do jornal *A República*, e Quintino Bocaiúva inaugurou as conferências republicanas. Assis Brasil destaca que a república só tinha por si, no Brasil, a arma da palavra. Nas suas *Memórias*, Silva Jardim explicita esse ponto com muita clareza (Silva Jardim, 1891, p. 92-93):

E, depois, tinha-se em verdade passado o tempo das revoluções feitas somente à força da espada ou à força do dinheiro: o essencial era preparar a opinião pública; e com alguns niqueis no bolso para estradas de ferro, e com uma garganta para discursos, também se podia abrir caminho para a República. Creio que me reconheci com alguns niqueis no bolso, e com uma garganta.

No ano de 1888 e, principalmente, em 1889, a politização atingiu níveis tidos até como insuportáveis. Rui Barbosa notificou: “O aspecto da capital é inenarrável. [...] A política invadiu todos os colóquios, emudeceu todas as preocupações” (Barbosa, 1947, t. 3, p. 243). Na sua edição de 18 de maio deste mesmo ano, descreve a *Revista Ilustrada*: “política na rua, nas conversações, nos bondes e até nas cozinhais! [...] A rua do Ouvidor, com esta saturação, está quase inabitável [...].” Por isso, consciente da influência da imprensa, a *Revista* achou por bem criar uma coluna para falar ao “Zé Povinho” numa linguagem “ao alcance de qualquer borra-botas”³, enquanto Silva Jardim queria formar uma “opinião republicana (Silva Jardim, 1978, p. 141)”. Cabe esclarecer que o termo

“povo”, no nosso contexto, já adquirira outra conotação que aquela da Carta constitucional. Silva Jardim explicou: “[...] e a vontade do Povo, isto é, do pobre, isto é, do fraco, isto é, do proletário: – democracia, afinal” (Silva Jardim, 1978, p. 340).

Para a vertente radical do republicanismo brasileiro ia se assentando a ideia de que a propaganda já era fazer a revolução. Vejamos como se expressou Saldanha Marinho em carta à coluna republicana do jornal *O País* em 19 de novembro de 1888:

[...] parece-me que a revolução brasileira deve provisoriamente consistir numa propaganda clara, ativa e enérgica, que forme definitivamente a opinião pública no nosso país favorável à mudança imediata de forma de governo, e numa arregimentação eleitoral decisiva que nos autorize com vantagem ao ultimatum da nação contra a única casa dinástica representante da monarquia na América. Os meetings são de uma enorme eficácia. Sob a palavra do orador as massas se agitam, da agitação vem a ação, com a ação vem a intimidação e, após, a vitória.

Sobre essas poucas observações, vamos chegando mais perto do objetivo desta intervenção. Para tanto, voltemos ao texto de Assis Brasil para nele selecionar três expressões que estão impregnadas pela ideia de tempo, quais sejam: “reformas”, “aspiração sagrada” e “marcha da evolução”. Todas elas apontam para um futuro.

As reformas, como sabemos, foram o *leitmotiv* da agenda política no final do Império. A ideia de reforma fala de um futuro que não rompe com o passado: é um melhoramento do antigo. A reforma refaz, com remendos novos, a forma. Entretanto, os republicanos insistiam na ideia de que o tecido da monarquia já não aguentaria consertos. No famoso episódio da troca de tabuletas do romance *Esaú e Jacó* de Machado de Assis, diz o pintor ao proprietário da confeitoria que a madeira já estava tão velha que não mais aceitava tinta nova (Machado de Assis, 1988, p. 100). Mesmo assim, as reformas eram reorrentemente proteladas, o que deixou na agora prestigiada opinião pública um sentimento de frustração. Fixemos, então, esse ponto: o insistente apelo por reformas revelava na sociedade um desejo de futuro. A monarquia brasileira na década de 1880 não conseguia acomodar esse desejo. Não tinha projetos. Dito de outra forma: ela não se via no futuro.

Passemos à segunda expressão ressaltada: a república nos aparece como uma “aspiração sagrada”. Sagrada, sem dúvida, pelo ideal de virtude que a acompanha. Um ideal que é uma aspiração. Como percebeu Luiz Eduardo Soares, temos, no caso da república, a originalidade de um *telos* que está na sua *arché*, ou seja, no seu princípio (Soares, 1989, p.

³ “Cartas ao Zé Povinho”, *Revista Ilustrada*, 27 de julho de 1889. É preciso esclarecer que a revista queria precaver a opinião popular em relação aos textos republicanos radicais porque defendia com veemência a atuação abolicionista do Ministério João Alfredo.

226). No entanto, podemos supor, com farto respaldo em textos republicanos da época, que na declaração de Assis Brasil o sagrado estaria referido aos batismos de sangue que buscaram dar nascimento ao regime republicano no Brasil desde Tiradentes. Nas narrativas nacionais republicanas, o sangue dos mártires adubou esse solo para que ele pudesse compor com a América o regime da democracia. Insiste-se nelas que este mérito sacrifical a monarquia no Brasil não podia se orgulhar de ter por si.

Mas é o terceiro dos termos destacados que dava o xeque-mate nos jogos discursivos que colocavam em campos opostos monarquia e república. A inexorabilidade da “marcha da evolução” encurralava, em definitivo, a adversária. Não vamos aqui descrever o conteúdo do “bando de ideias novas” – como identificou Sílvio Romero – que invadiu o país na década de 1870: positivismo (que já chegara antes), evolucionismo, materialismo, cientificismo. O que nos interessa é a sua penetração social, é o fato de ter ganho as mentes, mas também as emoções da camada culta da sociedade imperial. Ora, a lógica desse conjunto de teorias desenha uma nova cultura, democrática e científica, cultura que foi profundamente absorvida pela élite ilustrada do país, nela incluídos os monarquistas. De tão difundida nesse meio podemos dizer que ela se tornou o seu *idioma comum*.

Essa nova cultura reformulou o vocabulário e criou outro campo semântico. Foi debaixo de suas premissas que as reformas exigidas pela sociedade passaram a ser pensadas. Estavam elas perfeitamente acordadas com o deslumbramento geral pelo progresso do século XIX. Enfim: elas vão provocar danos irreparáveis no sistema simbólico monárquico.

As vertentes modernas de pensamento fizeram o tempo ser sentido e também percebido como um ator, ou melhor, como um construtor da História, encaminhando-a na perspectiva do progresso. Essa noção de progresso deu outra qualidade ao tempo: deu a ele um conteúdo histórico. Positivismo e evolucionismo forjaram uma grande narrativa que escalonou o tempo em etapas inelutáveis, mas encarnadas, para usarmos a bela expressão de Marc Bloch: do mais simples ao mais complexo, dos governos despóticos à democracia, da superstição à ciência. Em termos políticos, da monarquia à república. Para Kant, a república era uma inevitabilidade que podia ser deduzida pela razão prática. Assim, ficam claros os epítetos de inércia, sortilégio e regime nefasto com os quais Assis Brasil, no início da sua *Introdução*, qualificou a monarquia.

Estamos, pois, diante de uma ideia de tempo que, paradoxalmente, é uma construção social e, no entanto, é ela que dá sentido aos fatos históricos. E, como tem uma direção, ela os explica.

Podemos detectar vestígios de que essa cultura chega a camadas sociais mais extensas, ultrapassando o fechado círculo da elite culta e chegando à população ágrafa, que aprende e apreende através do que vê e ouve nas ruas. Na rua, agora positivada e desejada, a nova cultura democrática e científica vai frequentar as poesias, os romances, os jornais, as revistas ilustradas, as conversas nas confeitarias, os desfiles carnavalescos. A estreiteza e a centralidade da rua do Ouvidor na vida do Império criou uma situação ótima para a difusão dessa novidade. Tais ideias se espalharam abrindo canais de disponibilidade mental e emocional para o novo. Canais que racharam o edifício monárquico. A *direção*⁴ monárquica perdeu o controle sobre o compartilhamento das convenções sociais.

Daí o sentido da afirmação de Assis de Brasil em sua *Introdução*: “é grande o número daqueles que, sendo republicanos, não o julgam ser”. O que está dito aqui é que é grande o número de pessoas convencidas pelas novas doutrinas. Nesse novo credo, a república era o regime da democracia, da ciência e da razão. Ela estava inscrita na marcha da evolução como uma necessidade. Necessidade tanto no sentido filosófico do termo como na especial acepção da doutrina positivista. Ou, para falar como os homens da época: a república era uma fatalidade histórica.

No texto que estamos analisando, o acadêmico gaúcho colocou em confronto dois sistemas de governo que continham duas contrapostas ideias de tempo, permitindo aos contemporâneos experimentarem o processo histórico. Senão, vejamos: de um lado, a monarquia, ou seja, um campo de experiência marcado pelo antigo do regime e da evolução histórica e que não consegue se reformar. De outro, em um horizonte de expectativa, a imagem do progresso, da democracia e da ciência, expectativas que, por já estarem sendo vivenciadas como teorias, entravam para o campo de experiência daquele momento como uma atualização do futuro. Nesse ambiente, Silva Jardim podia ser entendido quando, do púlpito, pronunciava, assertivas como esta: “pode-se, em parte, escrever na véspera a história do dia seguinte” (Silva Jardim, 1978, p. 426).

O confronto entre os dois regimes acabou por conformar uma outra concepção temporal e um sentido de aceleração inevitável para o futuro. Só que um futuro aberto e infinito, que não continha nenhuma ameaça, ao contrário, era uma esperança de progresso.

Essa retórica assimétrica desenhou a imagem de uma forte decalagem temporal. Dela emergiu *uma consciência da historicidade do tempo*. Colocados num campo de

⁴ O termo “direção” está, aqui, usado na acepção que lhe deu Gramsci. A “direção” é um dos componentes da hegemonia de classe, significando a imposição de sua visão de mundo sobre o conjunto da sociedade, através do controle da rede simbólica. Como o conceito de hegemonia está disperso na obra de Gramsci, é razoável o recurso a obras analíticas sobre o assunto como, por exemplo, Hughes Portelli (1977).

disputa, república e monarquia se consubstanciam como os conteúdos concretos de diferentes tempos: do passado e do futuro. E naquela oportunidade conjuntural deu-se a novidade de que tais temporalidades fossem simultaneamente vivenciadas.

Esse futuro disposto na propaganda – termo tomado aqui no sentido o mais genérico possível – revela, entretanto, uma ambiguidade. Ora acontecia ser a estratégia política de um prognóstico, ou seja, tratava-se de uma análise em que o porvir já estava na experiência passada do espírito de liberdade, espírito que animara o processo de independência da nação. Esse espírito trazia, pois, uma carga de antecipação que, paradoxalmente, já estava no “partido mais antigo do Brasil”. Por outro lado, com isso, o partido ganhava a dignidade da tradição.

Entretanto, outras vezes – e com frequência misturados – o campo republicano acenava com a noção do tempo moderno, ou seja, com um sentimento de aceleração tal do ritmo temporal que as expectativas se descolam da experiência. Essa noção fica mais evidente quando a referência é à república federal, a uma democracia americana, uma absoluta novidade histórica, como, assustadamente, percebeu Tocqueville (1987) em seu *A democracia na América*. Ser americano era um anelio do *Manifesto republicano*: os combatentes queriam um Brasil colocado no novo, no Novo Mundo.

Concluindo, então: no correr da década de 1880, ancorada em uma consciência da historicidade do tempo, modelou-se uma disponibilidade mental e afetiva para a mudança. E mais: a essa disponibilidade somou-se a percepção da crise do Império.

Consciência e disposição não bestializadas que podiam consentir com a proclamação de uma república no Brasil.

Referências

ALONSO, A.M. 2000. *Ideias em movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, SP. Tese de Doutoramento. Universidade de São Paulo, 280 p.

- CASTRO, C. 1995. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 207 p.
- KOSELLECK, R. 1990. La sémantique historico-politique des concepts asymétriques. In: R. KOSELLECK, *Le futur passé: contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 334 p.
- PORTELLI, H. 1977. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 142 p.
- SOARES, L.E. 1989. República: evocação da origem: reconstrução do princípio. Comentário sobre “O significado da República” de Celso Lafer. *Estudos Históricos*, 2(4):225-231.
- STARLING, H.M.M.; LYNCH, E.C. 2009. República/Republicanos. In: J. FERES JÚNIOR (org.), *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte, UFMG, p. 225-242.
- TOCQUEVILLE, A. de. 1987. *A democracia na América*. 3ª ed., São Paulo/Itatiaia, USP, 597 p.

Fontes primárias

- ASSIS BRASIL, J.F. 1888. *A República Federal*. 4ª ed., São Paulo, Leroy King Bookwalter, 304 p.
- BARBOSA, R. 1947. O Ministério. In: R. BARBOSA, *A queda do Império*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, tomo 3.
- BLAKE, S. 1898. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. 4.
- FRANÇA JUNIOR, J.J. da. 1926. *Folhetins*. Rio de Janeiro, Jachinto Ribeiro dos Santos.
- MACHADO DE ASSIS, J.M. 1988. *Esaú e Jacó*. Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Livraria Garnier, 243 p.
- MAGALHÃES, V. 1894. *Escritos e escritores (perfis literários e esboços críticos)*. Rio de Janeiro, Domingos de Magalhães, 205 p.
- O PAÍS. 1888. Rio de Janeiro.
- REVISTA ILUSTRADA. 1889. Rio de Janeiro.
- SALLES, A. 1885. *Catecismo republicano*. São Paulo, Leroy King Bookwalter, 174 p.
- SILVA JARDIM, A. da. 1891. *Memórias e viagens: campanhas de um propagandista (1887-1890)*. Lisboa, Nacional, 432 p.
- SILVA JARDIM, A. da. 1978. *Propaganda republicana (1888-1889)*. Brasília/Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa/Conselho Federal de Cultura, 481 p.

Submetido em: 22/12/2009
Aceito em: 11/01/2010